

EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA, AGRONEGÓCIO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA (BA)¹

José Aparecido Lima Dourado

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás,
Campus Catalão
josephdourado@yahoo.com.br

Helena Angélica de Mesquita

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão
helena@wgo.com

RESUMO: Este texto traz algumas reflexões sobre o processo de precarização do trabalho a partir da inserção da produção de manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). Desde a implantação do projeto de irrigação no município, mais precisamente na segunda metade da década de 1980, o espaço agrário local vem passando por intensas transformações devido sua incorporado à lógica do grande capital que, por meio da nova divisão territorial do trabalho, atribuiu “funções anômalas” para a agricultura livramentense. Com a expansão da lavoura de manga, tem-se percebido um intenso processo de precarização das relações de trabalho no campo e na cidade, havendo, pois, a necessidade de contextualizar esse fenômeno com as transformações que vem acontecendo no mundo do trabalho nesse limiar de século XXI.

Palavras-Chave: Agronegócio. Agricultura camponesa. Precarização do trabalho. Trabalho assalariado no campo.

INTRODUÇÃO

Entender os fenômenos locais exigem do geógrafo (e também do não geógrafo) a capacidade de fazer conexões com uma trama de acontecimentos globais que reverberam nos mais distantes rincões, levando-nos a perceber que os fatos não são deslocados de um contexto político-econômico-ideológico maior. Trata-se de uma questão de método, e isso nos diz muito, pois nos induz a perspectivar sobre as outras possíveis realidades que poderiam ser construídas mediante o pensar-fazer sob um viés, que não aquele ao qual estamos acostumados a seguir.

Este, talvez, seja o desafio posto para aqueles que enveredam pelos estudos da questão agrária neste momento histórico, cuja peculiaridade solapa todas as formas de “neutralidade científica”, desafiando-nos a assumir uma postura, seja ela qual

¹ As discussões feitas neste texto são um desdobramento das ideias apresentadas inicialmente na X Jornada do Trabalho, realizada pelo CEGET em novembro de 2009, com o seguinte título: **MANGA, TRABALHO E SUOR**: expropriação camponesa, agronegócio e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA).

for, desde que não seja uma decisão fundada no obscurantismo da ignorância. Nesse sentido, cabe mencionar que muitos estudiosos de geografia agrária, por longo tempo defenderam a ideia “despretensiosa” da neutralidade positivista, prestando um grande serviço ao Estado burguês frente a luta das massas subjugadas (LACOSTE, 1963). Mais que “fazer mapas” devemos ter a capacidade de entender os seus lugares e localizações (SANTOS, 1997, p. 2) num contexto de correlação de forças, pois os movimentos dialéticos presentes na construção dos territórios exigem de nós a capacidade de fazer uma leitura crítica da espacialização-territorialização dos movimentos sociais historicamente oprimidos e marginalizados.

Desde o seu “nascimento” enquanto colônia, o Brasil já assumiria um papel de produtor de *commodities*. Após cinco séculos, muitos dos ranços do Brasil Colônia ainda permanecem a incomodar ou, paradoxalmente, a justificar uma realidade que dilacera e mutila populações tradicionais, comunidades camponesas e operários. Desde o ciclo da cana-de-açúcar, até o atual momento vivenciado pelo campo brasileiro, a lógica produtiva sempre esteve pautada na produção pelos “de dentro” para saciar os “de fora”.

É nessa lógica que, em 1986, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) implantou em Livramento de Nossa Senhora/BA o projeto de irrigação, dando segmento a uma política de combate às secas no Nordeste, criada em 1902². Nesse sentido, o Estado assumiu o papel de planejar e criar mecanismos capazes de “dinamizar” a agricultura local, mediante a disponibilização de infraestruturas necessárias para viabilizar a execução de um projeto de abertura do espaço livramentense à territorialização do grande capital por meio do agronegócio. Estavam, pois, demarcados os horizontes do progresso e da “solução” para os problemas decorrentes do “atraso” da agricultura praticada no município.

Com uma área de 2.267,1 km Livramento de Nossa Senhora está situado a 722km da capital do estado, a cidade de Salvador. Totalmente inserido no Polígono das Secas, este município pertence à mesorregião Centro Sul Baiano (IBGE, 2007) e à região econômica da Serra Geral (SEI, 2005), com predominância da vegetação de Caatinga. O regime de chuvas geralmente fica entre 600 a 800 milímetros, com as chuvas concentradas entre os meses de novembro a março. De acordo com a última contagem populacional realizada pelo IBGE(2007), Livramento de Nossa Senhora conta com uma população de 40 mil habitantes, sendo que desse montante, 56,02% reside no campo e 43,98% encontra-se

² Para maiores informações ver MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca no Nordeste: um falso problema** Petrópolis: Vozes, 1988.

na zona urbana.

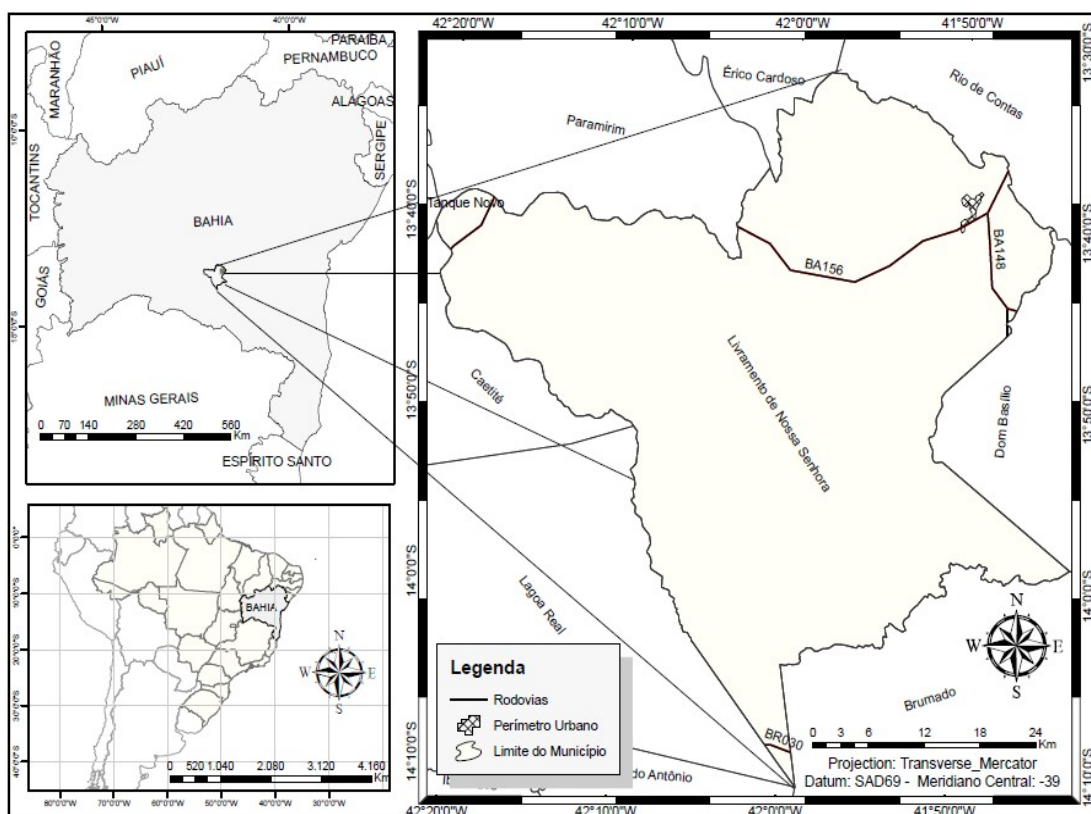


Figura 1: Localização de Livramento de Nossa Senhora (BA), 2009.

Fonte: Base de Dados vetoriais do IBGE

Cartografia Digital: Renato A. Martins

O município em questão já desenvolvia uma agricultura irrigada em molde tradicional desde o século XIX, com a utilização de irrigação por meio de sulcos (conhecida por seus praticantes como regos) nas áreas de vazante, às margens do Rio Brumado, que corta o município no sentido norte-sul. Cabe destacar que as propriedades localizadas à margem do rio eram pequenas, em sua predominância inferiores a 10 hectares, ocupadas com lavouras de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, árvores frutíferas, dentre elas a mangueira pastagens. As atividades desenvolvidas nas propriedades eram as mais variadas, desde atividades agrícolas até a produção artesanal de cachaça, rapadura, leite, queijo e requeijão.

Caracterizado como um município com forte tradição agrícola, as atividades econômicas sempre estiveram centradas na agricultura e na pecuária extensiva. Dentre as atividades desenvolvidas destacavam-se as lavouras de feijão, mandioca, milho, melancia, algodão e fumo, sendo estas lavouras de sequeiro, enquanto que a agricultura irrigada era predominantemente constituída por lavouras de arroz, cebola e alho. Quanto à produção de frutas, havia entre a população residente do campo a tradição de plantar nos fundos das

casas diversas árvores frutíferas, como mangueiras, bananeiras, laranjeiras cajueiros, dentre outras. Mesmo com toda essa variedade de árvores frutíferas, a mangueira sempre foi presença nos pomares das famílias, havendo, pois, a predominância das mangas rosa (*Manguifera indica* L.).

No decorrer deste trabalho traremos para o âmago da discussão algumas reflexões sobre as transformações nas relações de trabalho no campo em Livramento de Nossa Senhora, a partir da implantação do projeto de irrigação, de maneira a evidenciar o processo de precarização do trabalho na lavoura de manga. Tentaremos, pois, desmistificar a ideia de progresso e ganhos incontestáveis da sociedade local com tal empreendimento, por entender que este serve muito mais a uma pequena elite fundamentada na lógica do espaço apropriado como “valor de troca” (GERMANI, 2009, p. 365) do que aqueles que apropriam da terra numa perspectiva de reprodução da vida.

A realização deste trabalho se efetivou a partir de revisão bibliográfica de autores que abordam a temática, no intuito de buscar compreender as tramas que perpassam o complexo universo do objeto em estudo. Foram realizados também de trabalhos de campo, entre novembro de 2007 e janeiro de 2010, momentos estes utilizados para fazer observações, levantamento fotográfico e realizar entrevistas com os produtores e trabalhadores da lavoura de manga. Chamamos a atenção para o papel do trabalho de campo nesta pesquisa, pois este tem possibilitado fazer uma relação entre a teoria e a empiria, possibilitando assim, verificar como os desdobramentos deste empreendimento público se reverbera no contexto da sociedade local.

Para tanto, priorizamos as teorizações feitas por Oliveira (2003, 2007), Fernandes (1999), Thomaz Júnior (2002, 2006) e Mesquita (2008). As informações específicas sobre o projeto de irrigação foram levantadas por meio de pesquisa em sites e por meio dos trabalhos de campo realizados entre o final de 2007 e julho de 2009.

Não queremos aqui apenas fazer uma descrição descolada dos fatos sem percebê-los para além da fronteira política do município, pois entendemos que, se assim fizermos, estaremos furtando-nos de contribuir para que as questões relacionadas à terra e ao modelo agrário/agrícola adotado como o ideal para o Brasil sejam problematizadas e contestadas. Embora tenhamos a consciência da superficialidade das análises aqui suscitadas pelo fato das limitações próprias de um artigo, procuraremos destacar os fenômenos mais expressivos capazes de possibilitar a compreensão da trama de relações que envolvem a modernização da agricultura local e como isso se reverbera na construção do espaço geográfico.

PROJETO DE IRRIGAÇÃO: quem paga o preço da modernização?

O perímetro irrigado do Vale do Rio Brumado compreende uma área total de 8.000ha, das quais 5.153ha foram desapropriadas e divididas em lotes de 5ha. O projeto de irrigação compreende três blocos, a saber: bloco I, com 152 lotes, num total de 858ha; bloco II, com 346 lotes, perfazendo um total de 1.853ha e bloco III, com 461 lotes, num total de 2.442ha. Porém, passados 24 anos da inauguração oficial do projeto de irrigação, apenas os blocos II e III foram concluídos. Tendo em vista ser a área compreendida pelo bloco I bastante povoada e próxima do centro urbano houve maior resistência por parte dos proprietários que permaneceram em suas terras.

Inicialmente foi realizada uma experiência-piloto com o assentamento de 30 famílias³ orientadas pelos técnicos agrícolas do DNOCS a plantarem arroz, feijão, alho, tomate, batata, milho, algodão, amendoim e forrageira. Atualmente, aproximadamente 90% da área do perímetro irrigado está ocupada com as lavouras de manga, predominantemente distribuídas nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. Para Brum (1988), estudioso do processo de modernização da agricultura no Brasil,

Na agricultura moderna, voltada prioritariamente para o lucro, o produtor rural teve grandemente diminuído o poder de decisão sobre o seu trabalho e os frutos de suas colheitas. Quem mais ganha, sempre, são os bancos, as indústrias de insumos, e de transformação e quem controla a comercialização, influenciando os preços, tanto do que o produtor rural compra como do que ele produz e vende. Sem dúvida, a diversificação é importante e necessária. Todavia é também importante e necessário pensar com muita seriedade e responsabilidade como, para que e para quem deve ser implantada e implementada. (BRUM, 1988, p. 80).

Cabe aqui pensarmos sobre as condições e argumentos utilizados para justificar a escolha da área a ser ocupada/modernizada pelo empreendimento e quem foram os reais beneficiados com a sua execução. Se, atualmente, a sua utilização está centrada na produção para o mercado externo, anteriormente o que predominava era a produção agrícola camponesa, voltada para atender as necessidades das famílias, bem como as feiras livres locais e de municípios circunvizinhos. Sobre essa realidade contraditória no âmbito da produção agrícola, a citação que segue de Porto-Gonçalves (1984) é bastante elucidativa,

As chamadas culturas modernas como a soja, a cana-de-açúcar e mesmo o trigo, se desenvolvem apoiadas em todo um sistema de financiamento,

³ Informação fornecida por um dos funcionários da Associação de Irrigantes do Perímetro do Rio Brumado (ADIB) durante o trabalho de campo realizado em janeiro de 2010.

enquanto as culturas de milho e feijão se sustentam nas pequenas propriedades ou simplesmente nas unidades de produção – posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários. Distinguem-se claramente as “culturas de ricos” das “culturas de pobres”. As primeiras voltadas ao capital industrial e/ou à exportação, enquanto as “culturas de pobres” - feijão, milho e mandioca se destinam a suprir as necessidades de sobrevivência familiar, sendo o pequeno excedente lançado ao mercado para alimentar os pobres proletários e semiproletários da periferia das grandes cidades brasileiras. (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 125).

Nesse sentido, compreender a lógica própria dos “territórios criados” a partir dos projetos de irrigação deve perpassar pela concepção político-econômica e ideológica do planejamento regional adotado por parte do Estado, visto que na Bahia, assim como em todo Nordeste, o fator preponderante para essa estruturação é a reprodução do capital. A citação de Prado Júnior (2000) sobre o assunto é recorrente, pois,

Não é admissível, como tantas vezes se tem verificado, que tais obras aproveitem unicamente a um punhado de grandes proprietários, sem vantagem alguma, ou com vantagens mínimas inteiramente desproporcionadas aos gastos efetuados com recursos públicos, para a população trabalhadora local que constitui naturalmente grande maioria. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 118).

Ainda sobre o papel do Estado no papel de agente estruturador do espaço, Germani (2009) nos diz que,

O Estado cumpre um importante papel neste processo como agente de produção e valorização do espaço quer através de seus investimentos diretos, quer através de suas políticas em diferentes áreas, dimensões e escalas. Uma ação que confirma ou exclui espacialidades e territorialidades. (GERMANI, 2009, p. 360)

A expropriação dos camponeses foi, talvez, o primeiro grande impacto causado por este modelo de planejamento territorial adotado para o município em questão. Durante a fase de implantação do projeto de irrigação, no governo de José Sarney, houve uma corrida pela aquisição de terras na área a ser localizado o empreendimento ou mesmo em seu entorno. Muitos foram os que utilizaram da grilagem de terras devolutas para satisfazer tal intuito. Assim, seus futuros donos poderiam, mesmo não estando inseridos no projeto, usufruir de alguma forma das facilidades de infraestrutura e o recurso hídrico a serem disponibilizados.

A concentração dos lotes tem sido ao longo dos anos uma realidade bastante comum, sendo que os “colonos mais qualificados” vão aglutinando mais e mais lotes daqueles que não tiveram condições financeiras para permanecerem na terra. As visitas a campo têm possibilitado verificar que há proprietários que possuem até 10 lotes,

fato esse explicado pelo processo de “seleção natural” devido aos elevados custos com insumos e mecanização da lavoura.

A presença de grandes empresas, algumas delas com capital estrangeiro, têm contribuído sobremaneira para ampliar a concentração de terras, bem como os conflitos pela água. Como exemplo de produtores que não fazem parte do projeto de irrigação, mas que usam os recursos hídricos destinados a este fim, temos a propriedade da empresa Frutex, cujos pomares estão localizados nas proximidades da área do projeto. A Agrofrutas, além dos pomares no Perímetro Irrigado do Rio Brumado em Livramento de Nossa Senhora, possui lavouras de manga próximas à barragem do Rio Gavião, no município de Anagé (BA) e às margens do Rio Corrente em São Félix do Coribe (BA). Estas são duas das empresas situadas no município e que possuem *Packing House*, podendo assim exportar o produto diretamente para países da União Europeia e Estados Unidos.

O discurso desenvolvimentista incorporado à lavoura de manga exerce grande influência sobre a população local, sendo esta atividade defendida e considerada pelas instituições governamentais e também pelos produtores como a responsável pela geração de emprego e de renda para o município. Como o projeto de irrigação está localizado a aproximadamente 3 quilômetros do perímetro urbano, a maioria dos trabalhadores são oriundos dos bairros periféricos e de povoados próximos ao perímetro urbano.

Com a inserção da lavoura de manga, muitas famílias camponesas do interior do município acabaram mudando para a cidade em busca de emprego, engrossando a massa dos bairros periféricos, como o bairro Benito Gama, cujo surgimento coincide com a expansão do agronegócio. Este é um novo marco para a agricultura local que passa por um processo de modernização na perspectiva dos pacotes tecnológicos (BRUM, 1988).

Nesse contexto, temos uma mesclagem de técnicas modernas de produção (uso intensivo de agroquímicos, máquinas) com a utilização de mão-de-obra mal remunerada e extremamente precarizada, havendo, pois, a coadunação entre o moderno e o arcaico. Frente a essa questão, concordamos com Martins (1993) quando este afirma que,

Tradicional e moderno não estão polarizados, mas contraditoriamente combinados. Essa é a forma que a acumulação capitalista assume nesta sociedade, que se dá, também, através dos incentivos fiscais, das isenções, doações do Estado, da transferência da riqueza pública para o particular. (MARTINS, 1993, p. 54-55).

Segundo Fernandes e Welch (2008) cada vez mais campesinato e

agronegócio estão envolvidos num processo de conflitualidades. Todavia, destacamos que, assim como os autores citados, acreditamos que o campesinato não é parte do agronegócio, mas como o camponês está inserido numa sociedade do capital este acaba participando da produção quando o resultado de seu trabalho é de interesse do capital.

De fato, mesmo os camponeses que, em determinadas épocas do ano, transformam-se em assalariados na lavoura de manga não perdem seu vínculo com a terra. Essa migração forçosa é resultado da falta de políticas voltadas para a produção camponesa e o avanço dos investimentos alocados para o agronegócio, revelando a dinâmica própria do camponês que ora é desterritorializado, ora se reterritorializa. Isso acaba demonstrando toda a plasticidade do campesinato que cria e se recria através das relações não-capitalistas no interior das relações capitalistas.

Devido aos problemas enfrentados pela lavoura de manga como pragas (antracnose e mosca-da-fruta são alguns desses exemplos) e com os baixos preços na época da colheita, muitos têm sido os investimentos para ampliar a produção, a produtividade, o mercado consumidor e os lucros dos produtores. Temos neste exemplo, um retrato da atenção dedicada ao cultivo de manga para exportação enquanto que a agricultura camponesa segue sozinha resistindo aos constantes ataques velados por parte do agronegócio.

Mesmo sem visibilidade perante as políticas públicas, a produção camponesa se recria nas “fissuras ou rugosidades” (SANTOS, 1996) da agricultura modernizada, visto que, no interior desse “território forjado” pelo Estado (ou seja, o projeto de irrigação) encontramos a presença de agricultores centrados na lógica da produção voltada para atender as necessidades da família. Frente ao exposto, é importante reconhecer que assim como a territorialização do capital no campo tem ocorrido deste a década de 1970 de maneira agressiva, grande tem sido a luta do campesinato para reproduzir seu modo de vida e permanecer na terra.

A seguir debruçaremos sobre as questões relacionadas às transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo em Livramento de Nossa Senhora a partir da inserção do agronegócio, fenômeno esse que acabou por fomentar o trabalho assalariado no campo.

PRODUÇÃO DE MANGA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: sabor para “os de fora”, suor para “os de dentro”

Iniciamos esta discussão enfatizando que não constitui nosso propósito a tarefa de formular proposições e encaminhamentos político-organizativos para o segmento de trabalhadores da lavoura de manga. A nós interessa saber, neste momento, como se dão as relações entre sujeitos-explorados-precarizados e sujeitos-exploradores, ou seja, a contradição entre capital *versus* trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002) de forma que possamos refletir sobre a centralidade das transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo, a partir da inserção do agronegócio em Livramento de Nossa Senhora.

A modernização da agricultura tem fomentado significativas transformações no espaço geográfico, fazendo emergir novas realidades no campo que carecem de uma reflexão mais aprofundada. Frente à necessidade de tecer as linhas de conexão entre os desdobramentos da relação capital *versus* trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002) buscaremos analisar como a expansão da lavoura de manga tem interferido na organização da produção camponesa.

Considerando a sua complexidade e interferência, a re-estruturação produtiva do capital no pós década de 1970⁴ provocaria uma remodelagem do sistema capitalista que criaria novas maneiras de ampliar os lucros, sem, contudo, aumentar os gastos com a produção. Para a concretização desse propósito, houve a necessidade de reduzir os custos sociais e terceirizar as tarefas, ações estas que acabariam por pulverizar os movimentos sociais.

Para elucidar esse processo, recorreremos a Thomaz Júnior quando o autor destaca que,

[...] a crise estrutural do capital que abateu fortemente todo o planeta no início dos anos 70 desafiou o capital a implementar um amplo processo de re-estruturação, reordenando e redefinindo seu metabolismo societário, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo e que afetou sobremaneira o trabalho ou o conjunto das relações sociais que se interpenetram no mundo do trabalho propriamente dito, fragmentando ainda mais os trabalhadores. (THOMAZ JÚNIOR, 2002. p. 27).

Há, pois, uma inversão na luta entre trabalhadores e empregadores, pois, agora o foco da conflitualidade entre esses atores é desviado e assume uma outra conotação político-estratégica. A luta agora deixa de ser por melhores condições de trabalho e passa a ser pela manutenção do emprego.

Com a inserção do agronegócio, Livramento de Nossa Senhora entra em outra forma de Divisão Territorial do Trabalho, passando a produzir para a exportação. As

⁴ Após a década de 1970, a forma de acumulação do capital sofre alterações para tornar possível a expansão do capital financeiro, trazendo sérias consequências para a classe trabalhadora.

mudanças estruturais do processo produtivo decorrentes desse fenômeno trouxeram novas realidades para o campesinato que viu-se desterritorializado para que a modernização do campo pudesse encontrar espaço favorável a sua territorialização (HAESBAERT, 2007).

A compreensão das nuances que perpassam essa desterritorialização é fundamental para que possamos identificar quais são os interesses em questão e a quem privilegiam. A partir de uma leitura crítica da realidade concordamos com Haesbaert (2007) quando este afirma que “é importante identificar e colocar em primeiro plano os sujeitos da des-re-territorialização, ou seja, quem des-territorializa quem e com que objetivos.”

Como já mencionamos no decorrer deste trabalho, a lavoura de manga tem assumido um papel de destaque no cenário livramentense pelo volume da produção e, também, por representar a principal forma de renda para a “massa” trabalhadora não assimilada pelo mercado formal. Segundo dados da Agência Sebrae de Notícias, a atividade agrícola baseada no binômio manga-maracujá gera mais de 3 mil postos de trabalho diretos nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio. No tocante à região Sudoeste da Bahia as estimativas mais otimistas chegam a contabilizar aproximadamente a geração de 10 mil empregos diretos e indiretos pela fruticultura irrigada.

No que concerne exclusivamente à lavoura de manga livramentense, não se sabe ao certo a quantidade de empregos gerados. É certo que durante o período de safra (novembro a março) o fluxo de trabalhadores é significativamente ampliado devido a necessidade de atender às demandas do mercado consumidor. Como o projeto de irrigação está localizado aproximadamente a cinco quilômetros da cidade, a mão-de-obra da lavoura de manga é basicamente constituída por moradores urbanos periferizados e pessoas oriundas de povoados próximos à zona urbana.

Os resultados da primeira etapa da pesquisa de campo realizada entre novembro de 2007 janeiro de 2008 revelaram que a maioria das contratações ocorrem no período da safra e que os trabalhadores não possuem nenhuma garantia de continuidade no emprego, pois os acordos entre os trabalhadores e produtores de manga são feitos verbalmente. Mesmo no período da safra percebe-se que o número de contratados por produtor fica entre 10 e 20 pessoas, oscilando a depender do preço da produção no mercado externo.

No período de entressafra a quantidade de postos de trabalho decresce substancialmente, já que não há a necessidade de grande contingente de trabalhadores para

fazer a manutenção dos pomares. Como efeito desse fato, verifica-se uma redução significativa nas vendas realizadas pelo comércio local⁵, gerando assim, por efeito cascata, mais desemprego. Durante a entressafra, a manutenção geralmente é feita pelos próprios proprietários (principalmente no que se refere aos pequenos e médios produtores) que em alguns casos contratam trabalhadores diaristas para ajudar na limpeza da lavoura e fazer a aplicação de insumos e agrotóxicos. Via de regra, permanecem apenas aqueles que demonstram dedicação, disponibilidade e obediência.

Há uma questão fundante nesse contexto e que merece ser problematizada no intuito de ampliar a discussão sobre o papel do agronegócio, no que tange à organização do espaço. A lavoura de manga apenas consegue assimilar uma quantidade significativa da massa trabalhadora apenas por um curto período de cinco meses.

Dessa forma, é necessário ponderar que durante os demais meses do ano a maior parte dessa mão-de-obra fica ociosa. Aqui, talvez, reside o “gargalo” que envolve o trabalho na lavoura da manga, haja vista que apenas alguns poucos trabalhadores permanecem empregados no período de entressafra, ocupando funções que vão deste o preparo da terra até os tratamentos culturais.

Durante a época da safra a migração pendular dos trabalhadores é intensificada, sendo que deslocamento até os pomares é feito por meio de caminhões, principalmente. Quanto aos proprietários dos lotes, a maioria expressiva reside na cidade, ou em outros casos são oriundos de localidades próximas ao perímetro irrigado, ou seja, trata-se basicamente de absenteístas.

Os produtores de manga estão organizados em várias associações como a Associação dos Produtores de Frutas do Perímetro Irrigado de Brumado – ASPIB, Cooperativa dos Pequenos Produtores de Frutas de Livramento e Região – COPERFRUL, Associação do Distrito de Irrigação do Brumado – ADIB, Associação dos Produtores do Vale do Rio Brumado – ASPROVALE e Associação dos Produtores para Monitoramento das Moscas das Frutas em Livramento – APROMOL⁶. Essa organização tem possibilitado a estes produtores a captação de recursos financeiros e assessoria técnica junto aos órgãos públicos como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia (ADAB), o próprio DNOCS e a Desenhavia que tem aprovado linha de crédito junto ao Programa de Apoio à Capacidade de Geração de

⁵ Informação obtida em conversa com os donos de estabelecimentos comerciais locais.

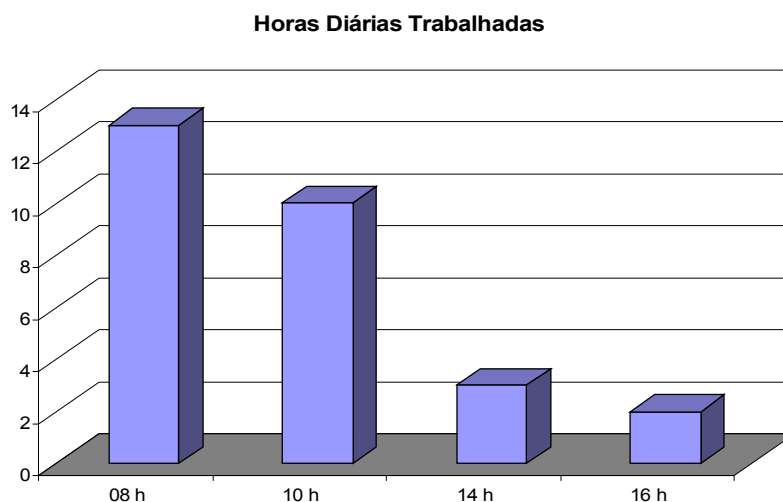
⁶ Informações obtidas em trabalho de campo realizado em jul./2009.

Emprego e Renda (PROGEREN) financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

Quanto aos trabalhadores da lavoura de manga a situação é completamente diferente, não havendo entre estes nenhuma organização com a finalidade de fazer a representação de seus interesses e reivindicações. Sabe-se que apenas 21% dos trabalhadores possuem carteira assinada, fato este mais comum nos lotes dos grandes produtores que geralmente contratam pessoas para morarem na propriedade.

A condição de trabalhadores temporários acaba se transformando num fator limitante para que estes se organizem em associações ou sindicatos. Vale destacar que nunca houve mobilização por parte daqueles que trabalham na lavoura de manga para exigir melhores condições de trabalho e maior remuneração. As condições de trabalho, tanto nas lavouras quanto nos galpões onde as mangas são selecionadas, embaladas e acomodadas nos caminhões, são extremamente precarizadas, devido a falta de utilização de equipamentos adequados e pelas extenuantes jornadas de trabalho, que chegam a 16 horas (Gráfico 3).

Gráfico 3



Fonte: Trabalho de Campo, Nov./2007 a jan./2008.
Org.: Dourado, J. A. L.

Nos galpões, percebe-se que o trabalho assume formas mescladas de fordismo e toyotismo (Antunes, 2002), ora parecido com a linha de montagem fabril, ora com uma produção flexível, devido a necessidade de colocar o produto no mercado consumidor num menor tempo possível. Nesse momento, a inserção em massa do trabalho

feminino acontece de forma significativa, sendo este utilizado no processo manual de seleção e classificação das frutas. O trabalho feminino passou a ocupar um espaço que antes era apenas masculino, ao passo que a mão-de-obra masculina vem sendo utilizada no carregamento dos caminhões e na colheita da manga na lavoura.

Em relação à remuneração dos trabalhadores, percebe-se que há uma diferença significativa de salário entre os diversos segmentos do setor produtivo da manga, sendo que os menores salários são pagos às pessoas que trabalham diretamente na lavoura. No setor de seleção, empacotamento e distribuição do produto para o mercado, os trabalhadores conseguem melhores resultados devido à possibilidade de trabalhar em regime de hora-extra, a preços extremamente baixos.

O que se aponta nesse processo é que algumas experiências quanto à remuneração são apresentadas como formas homogeneizantes para propagar as benesses do projeto de irrigação para a população em geral. Muitos são os discursos vinculados pelas instituições públicas e pelas organizações dos produtores que insistem em realçar que a remuneração dos trabalhadores da manga tem sido satisfatória. Em entrevista, os trabalhadores declaram ganhar, em sua maioria, entre 1 e 2 salários mínimos.

Devido à baixa remuneração que predomina no trabalho da manga e também pelas condições precárias de trabalho, 48% dos trabalhadores afirmaram que pretendem abandonar o serviço e procurar outra forma de trabalho. Em contrapartida, 52% dos entrevistados responderam que pretendem continuar trabalhando na lavoura de manga, pois mesmo diante às dificuldades esta acaba sendo a única oportunidade de emprego para a população local que não trabalha no setor público ou de prestação de serviços.

À primeira vista, a “normalidade” com que os trabalhadores aceitam as precárias condições de trabalho encobre uma divisão de classes muito forte no seio da sociedade livramentense. Como já enfatizado neste trabalho, a origem dos trabalhadores da manga quase sempre é dos bairros periféricos para onde vão os expulsos do campo que buscam na cidade a sobrevivência.

Em síntese, não há como negar que a lavoura de manga acaba dinamizando a economia local e empregando, mesmo que temporariamente, uma significativa parcela da população urbana. Ao mesmo tempo é importante contrapor a essa ideia simplista de ganhos sociais porque não temos presenciado nenhuma discussão sobre a necessidade de buscar melhorar as condições de trabalho e de remuneração para os trabalhadores. O que de fato tem sido verificado é que há uma forte coalisão entre

produtores e instituições públicas visando ampliar a produção e os lucros com a lavoura de manga.

Quando se busca justificar que a remuneração tem sido satisfatória para o trabalhador da manga, o que na verdade se quer é a continuidade de uma realidade completamente favorável à expansão do agronegócio. A disponibilidade de mão-de-obra tem possibilitado aos produtores de manga a expansão da área plantada sem que isso ocasione uma elevação do preço pago ao trabalhador.

A apropriação do projeto de irrigação pública por grandes empresas revela que a implantação deste serviu muito mais à uma elite do que aqueles que viviam na/*da terra de trabalho*. A barbárie de que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004) tão bem retrata, segue fazendo novas vítimas, pois grandes investimentos públicos são alocados para viabilizar a expansão do grande capital que adentra o campo vitimando as populações tradicionais e camponesas.

Se inicialmente a implantação do projeto de irrigação usou do artifício da necessidade de dinamizar a agricultura camponesa, hoje, verificamos que a realidade se revela contraditória. A agricultura camponesa tem sofrido uma tentativa camuflada de sufocamento por parte do agronegócio, embora tenha (re)existido bravamente.

Por hora, cabe-nos perguntar para onde foi o “doce sabor da manga”? Fazendo alusão a Mesquita (2009), afirmamos que o “agronegócio comeu!” Aos trabalhadores, tem sido delegada a função apenas de produzir o “agradável sabor” que será degustado por quem jamais tomou ou tomará conhecimento sobre os custos sociais da produção da manga.

Para não concluir...

Ao chegar ao final deste trabalho, reconhecemos que não podemos considerá-lo como algo conclusivo, por entender que muito há que avançar nas discussões sobre as transformações nas relações de trabalho no campo livramentense decorrentes da implantação do projeto de irrigação e, posteriormente, da inserção do agronegócio. A modernização da agricultura local não representou apenas mudanças na base técnica da produção, mas uma trama de relações cuja complexidade nos convida a dissecá-la. Constatamos que a lavoura de manga introduziu uma nova lógica para o campo baseada predominantemente no trabalho assalariado e precarizado.

Para que prossigamos refletindo sobre o papel do Estado no planejamento

do território, vale fazer um destaque para o fato de que a agricultura camponesa afetada pela expropriação em virtude da implantação do projeto não sofria com as intempéries da seca, por conta de estar localizada às margens do Rio Brumado. De fato, as comunidades que enfrentavam problemas com a escassez de água para a agricultura, continuaram sem acesso aos benefícios decorrentes da implantação do projeto de irrigação e ainda perderam sua condição de pequenos produtores autônomos de gêneros para alimentação local.

Mais uma vez a política dos projetos de irrigação serviu para estimular a especulação e a concentração de terras, criando as bases infraestruturais para a inserção e expansão do agronegócio. Tal estratégia, muito utilizada no Nordeste, tem servido para redimensionar as práticas agrícolas e redefinir tecnicamente a força de trabalho, aprofundando as contradições na relação entre capital x trabalho.

Logo, uma “leitura geográfica deste fenômeno” requer a identificação da correlação de forças estruturadas no interior da produção de manga, de maneira que as transformações espaciais sejam analisadas a partir da atuação dos novos atores sociais enquadrados nessa atividade.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2002, 200 p.

BRUM, A. J. **A modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, 200 p.

GERMANI, G. A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças. In:

FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 424 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.org.br .Acessado em 20/05/2007.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993, 179 p.

LACOSTE, Y. **A geografia : isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988, 134 p.

MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. de. **A seca no Nordeste**: o falso problema. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, 161 p.

MENDONÇA, F. de A.; LOWER-SAHR, C. L.; SILVA, M. da (Orgs.) **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa

do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009, 740 p.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura**. Um caso em Catalão - Goiás. [Mestrado]. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1993.

_____. **ONDE ESTÃO AS FLORES, AS CORES, OS ODORES, OS SABERES E OS SABORES DO CERRADO BRASILEIRO? O AGRO/HIDRONEGÓCIO COMEU!** In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA, São Paulo, 2009, pp. 1-19.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a, 137 p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986, 88 p.

_____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Revista Terra Livre. São Paulo: Ano 19, v. 2, nº 21, 2003, p. 113-156.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991, 164 p.

PAULINO, E. T.; In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta, Inês M. e SUZKI, Júlio. César. (Orgs) . **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Paixão da terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Rocco1984, 160 p.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 188

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acessado em 05/06/2005.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002, 388 p.